

Quebrando estereótipos e desbravando barreiras:
Um estudo das crianças de em situação de rua na atual cidade de Campina Grande

Paulo Wbiratan Lopes da Costa¹
Amanda Gomes de Sousa Amorim²

O número de meninos (as) nas ruas vem crescendo desde os anos 70, no Brasil e na América Latina, e mesmo nos países desenvolvidos, onde não se via crianças sozinhas nas ruas.

No Brasil, o fenômeno é mais intenso nos grandes e médios centros, e no Nordeste tem se agravado nos últimos anos, com a acentuação da crise econômica das políticas neoliberais, e o conseqüente aumento do desemprego tanto na zona rural como na urbana. Necessariamente articulada a um quadro social, cultural, político e econômico amplo, complexo e conflituoso, esta problemática vem desafiando profundamente a sociedade brasileira.

Estudos significativos foram e ainda estão sendo desenvolvidos, constatando a miséria e a exclusão, nas quais esse grupo está inserido. Reconhecendo a importância desses estudos quantitativos para as políticas de atendimento à criança e ao adolescente, nós, entretanto, consideramos a necessidade de melhor compreender o “mundo” dessas crianças em situação de rua, seu cotidiano, suas expectativas.

O nosso estudo, portanto, investiga a realidade dos (as) meninos (as) em situação de rua na cidade de Campina Grande, como também faz um levantamento do perfil dessas crianças, do cotidiano das mesmas, investiga as representações que as crianças e os adolescentes fazem da violência de que são vítimas e como a partir delas assumem atitudes de enfrentamento e de defesa, faz um levantamento dos sonhos e perspectivas de futuro desses sujeitos que serão os atores principais na execução das políticas e programas que tentem resgatar os direitos da criança e do adolescente, como produtores e detentores de cidadania.

Partindo da compreensão da complexidade do ser humano e do fenômeno social, assumimos uma postura que reconhece os limites do conhecimento do real, mesmo quando (e até mesmo por isso) o pesquisador se esforça para precisar seus instrumentos e trata os dados com objetividade. Por isso utilizamos, para a operacionalização da pesquisa, uma metodologia de natureza qualitativa.

¹ Aluno do curso de História (UFCG) e Serviço Social (UEPB), E-mail: Paulo_wbiratan@hotmail.com

² Aluna do curso de História (UFCG), E-mail: amandinhacg_007@hotmail.com

Foi organizada uma simples amostragem composta por 10 sujeitos (crianças e adolescentes em situação de rua e que fazem parte do projeto Ruanda). Os instrumentos utilizados para coletar os dados foi um roteiro de questões, além de um gravador portátil para registrar as entrevistas, a qual tratou de questões relacionadas ao tema estudado: Os dados coletados foram organizados e analisados para a posterior discussão, dessa maneira traçamos o perfil das crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Campina Grande.

O estudo visa, portanto, analisar a realidade dos meninos em situação de rua na cidade de Campina Grande. Traçar o perfil de crianças e adolescentes em situação de rua no município de Campina Grande; conhecer o cotidiano dessas crianças e adolescentes; levantar o conhecimento acerca dos direitos da criança; levantar sonhos e perspectivas de futuro dessas crianças.

A problemática da criança e do adolescente é ainda, um grande desafio, político, econômico, social e cultural, para todas as sociedades, mesmo para aquelas que ingressaram em um modo de desenvolvimento considerado hoje pós-moderno e que preconizam os direitos dos indivíduos e dos cidadãos: direito à liberdade de ser sujeito, de ir e vir, de se expressar; direito à afirmação de sua própria identidade, como sujeitos autônomos e criativos, produtores de bens materiais e culturais, e livres consumidores desses bens materiais, segundo suas necessidades objetivas e subjetivas.

O modelo fortemente hegemônico da economia globalizante e suas políticas neoliberais, entretanto vem intensificando as desigualdades sociais, com a reorganização da esfera do trabalho, que reduz os níveis de emprego e da renda familiar, muitas vezes substituindo a mão-de-obra masculina, pela inserção da mulher e da criança, com salários mais baixos.

Conseqüentemente tem crescido o número de crianças e adolescentes que fazem da rua um espaço de sobrevivência. Muitas famílias levam seus filhos para a rua, para ajudar em atividades variadas de prestação de pequenos serviços ou venda de produtos de baixo consumo, quando não os obrigam a irem sozinhos inclusive para mendigar. Daí que seja crescente a presença dos meninos na rua, a cada dia, à medida que se agrava a situação econômica da família. São crianças que, pela falta de condições de seus pais, premidos pela carência material e cultural (desempregados ou subempregados, semi ou completamente analfabetos) são responsáveis por parte do suprimento familiar.

Como já afirmara Rizzini (1993, p.50) sobre os meninos de rua:

“São crianças que, em geral, desenvolvem em via publica trabalhos à sua própria sobrevivência pessoal e de sua família. Uma das estratégias de

sobrevivência das famílias de recursos escassos, de forma particular quando a renda se contrai em conjunturas de alto desemprego, consiste em fomentar o trabalho infantil como uma forma de incrementar os recursos necessários para a manutenção diária dos membros do grupo familiar”.

São crianças que sofrem o descaso social, a partir da própria família, cujos lares não oferecem o suprimento de suas necessidades básicas, materiais e/ou afetivas. Em muitos casos, também fogem de casa e até da violência doméstica de que são vítimas, procurando na rua a liberdade, a aventura, o lazer, o companheirismo e a solidariedade dos iguais. A maior parte dessas crianças está “procurando meios de subsistência, complementando a renda familiar” embora outros motivos também apareçam, conforme afirma Rizzini (1993, p.53):

“Além das pressões econômicas que conduzem a saída da criança para as ruas, estas também confessam que fogem dos muitos conflitos familiares que, com frequência, são acompanhados de violência”.

Nas ruas, essas crianças desenvolvem tarefas (as mais diversas) combinadas com a mendicância. Além de “pastorar carros”, atividade mais frequente, os (as) meninos (as) em situação de rua trabalham como vendedores ambulantes, carregadores de compras, engraxates, etc. enfim, atividades que se incluem no mercado informal, com as crianças compondo verdadeiro exército de trabalhadores mirins.

Frente a essa realidade se faz necessário o interesse coletivo baseado em políticas públicas que aumentem o debate e a reflexão para todos os setores sociais, criando ações contínua e efetiva que garantam os direitos dessas crianças.

Algumas medidas vêm sendo tomadas nesse sentido. A partir dos anos 80, a sociedade civil vem se reorganizando para criar alternativas não-governamentais e em parceria, exigindo políticas públicas voltadas para as necessidades básicas da população, principalmente educação, saúde, alimentação, vigilância e proteção, como também tudo que diz respeito ao trabalho infanto-juvenil.

Como um primeiro passo para transformar o atendimento às crianças brasileiras temos a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ele explicita os direitos fundamentais da criança e do adolescente, regulamenta o artigo 227 da Constituição (é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, Art. 70), estabelece as medidas de proteção à criança e ao adolescente e as punições dos responsáveis por ameaça ou violação dos seus direitos, atribuindo aos municípios, poder público e comunidade, através dos conselhos de Direito da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares, a responsabilidade pela vigilância à efetivação desses direitos.

Alguns programas, movimentos e projetos implantados no Brasil vêm produzindo mudanças na política de enfrentamento da questão da criança e do adolescente. Como exemplo temos: O Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), o Fórum Nacional de Entidades Não-governamentais de Defesa da Criança e do Adolescente, que conduziu à elaboração e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, substituindo o código de menores.

O conceito de cidadania se torna central na definição das diretrizes políticas que fortalecem a participação e a mobilização dos diversos organismos da sociedade civil e política na luta para assegurar os direitos das crianças e adolescentes, como expressos na Constituição. Criaram-se os Conselhos Estaduais de Direito da Criança e do Adolescente, segundo a Lei 8.069, de 13 de Julho de 1990, Art. 88, com a finalidade de deliberar e controlar as ações em todos os níveis, asseguradas à participação popular paritária. Entretanto, apesar do aparato legal que assegura a proteção à criança, a sociedade brasileira é assaltada a cada dia com novos dados que vivem ou trabalham na rua e é estarecida com a intensificação da violência envolvendo essas crianças e adolescentes.

Considerando o grande número de crianças em situação de rua na cidade de Campina Grande desenvolvemos uma pesquisa para conhecer a realidade dessas crianças, tendo como referência o Projeto Ruanda desenvolvido na referida cidade. O estudo nos permitiu a obtenção de dados referentes à situação familiar, econômica, educacional e do cotidiano dessas crianças que vivem e/ou trabalham nas ruas, em Campina Grande-PB. Pudemos verificar que a maioria, em acordo com outros estudos, mantém vínculo com a família, vivendo com um dos pais, sendo também freqüente crianças que moram com a avó.

Os (as) meninos (as) que vivem e/ou trabalham nas ruas de Campina Grande-PB são, primeiramente, vítimas da exclusão do sistema sócio-econômico, e vão para a rua em busca de comida e dinheiro, muitas vezes obrigados pelos pais, que exigem uma quantia determinada por dia.

Das crianças com as quais mantivemos contato, na fase exploratória, quase a totalidade é do sexo masculino, moram em bairros periféricos, são de origem de famílias de baixa renda e vão para a rua na tentativa de complementar a renda familiar.

Assim eles vêm para a rua pela manhã, retornando à noite para suas casas. Alguns freqüentam a escola, e, desse modo passam um turno na rua, outro na escola e à noite dormem

com a família. Eles apresentam, em geral, um baixo nível de escolaridade. Esse quadro foi evidenciado através das atividades de desenho e pintura desenvolvidos pela equipe do Ruanda que nos acompanhou nas entrevistas. Foi notório o baixo nível de escolaridade quando pedimos que assinassem seus nomes nas folhas desenhadas, mas também através dos próprios depoimentos.

As crianças e adolescentes entrevistados estão ligados ao já citado projeto Ruanda, onde desenvolvem atividades como: oficinas de pintura, de desenho, palestras e etc. o projeto dispõe de uma equipe que vai às ruas diariamente para dar assistência a essas crianças. Foi juntamente com essa equipe que realizamos as entrevistas. Pudemos constatar também que a imagem dos (as) meninos (as) perambulando pelas ruas da cidade incomoda cidadãos e comerciantes que vêem seus estabelecimentos ameaçados pela presença dos meninos (as) nas suas proximidades. Além disso, o olhar acusador do senso comum, as pressões do comércio lojista e a veiculação de um jornalismo policial sensacionalista escrito e falado vão se configurando como formas de violência contra a criança e o adolescente.

Muitas vezes só o fato de estar na rua e oferecer os seus “serviços”, é suficiente para a prática da violência sobre eles. Os entrevistados reclamam da intolerância, agressões verbais e preconceitos que sofrem na rua. Os menores sofrem mais violência simbólica e os incidentes de violência física ocorre com mais frequência entre os mais velhos. Constatamos também que o contato com as drogas é uma das conseqüências inevitáveis para as crianças em situação de rua. Mesmo para aqueles que nunca fizeram uso de drogas, o contato se faz pela proximidade com os companheiros que usam algum tipo de droga, sendo as mais comuns, a cola de sapateiro e a maconha. Percebemos que a droga funciona como um substituto para desejos que representam a satisfação de necessidades fundamentais, como cuidados básicos: a comida, a cama para dormir, o conforto de uma casa com televisão e etc.

O estudo nos propiciou, também, conhecer os sonhos e perspectivas de futuro desses (as) meninos (as) em situação de rua. Constatamos que os anseios dessas crianças se “traduzem” nas necessidades básicas para um ser humano.

L. ao ser indagado sobre o que queria ser no futuro e quais os seus sonhos, disse:

“Quero ter um emprego! Casar, ter filhos, uma casa confortável e um carro”.
(23/05/08).

Também A. afirma:

“Quero ter dinheiro, uma casa grande e bonita”. (23/05/08).

A situação de vida das crianças e adolescentes na cidade de Campina Grande-PB é semelhante aos resultados de outros estudos no país, entretanto, dada a dimensão da própria cidade e o número de meninos (as) nas ruas, a proporção e a intensidade da violência aparece de forma mais amena, e suas estratégias de enfrentamento e defesa são, por sua vez, também menos carregadas de violência.

Os principais resultados indicaram que essas crianças são vítimas de violência física e simbólica, desde a negação de seus direitos a cidadania, alimentação, habitação, escola de qualidade, preparação para o trabalho e valorização pessoal, até espaçamentos e torturas por parte daqueles que deveriam garantir sua proteção.

O espaço da rua se consolida como um local, onde crianças e adolescentes vão procurar vivenciar, suprir o que não encontram no lar, entretanto terão que adquirir novas defesas, pois na rua vão apresentando-se novas formas de violação dos seus direitos, embora o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA estabeleça a garantia dos direitos das crianças e adolescentes sem fazer discriminação de raça, cor, ou classe social, colocando-os como sujeitos de direitos.

As crianças de classes pobres, principalmente os menores, de 12- 13 anos, estão sendo os provedores da renda familiar. Esses meninos (as) (não sujeitos de direitos), na verdade são tangidos para a rua em decorrência da miséria em que se encontram seus pais, tendo a infância negada.

A rua se concretiza para esses (as) meninos (as) como uma “escola”, nela a criança constrói seu mundo perceptivo e conceitual, um código moral e ético, elabora estratégias de defesa (enfrentamento e fuga) na relação com os outros. A experiência do cotidiano na rua se constitui no campo privilegiado para o aprendizado de conceitos e valores, hábitos e atitudes que, em geral não correspondem às necessidades de um desenvolvimento saudável, que permita o equilíbrio nas relações sujeito-sujeito e indivíduo-sociedade. Todas as constatações, propiciadas por esse estudo, nos levam a refletir sobre a nossa atuação frente à problemática das crianças e dos adolescentes e nos provocam para pensarmos formas de dar continuidade a essas reflexões e conjuntamente realizarmos uma intervenção planejada objetivando

contribuir para a eliminação dos abusos e desrespeitos aos direitos de cidadania dessas crianças que constituem o futuro da nossa sociedade.

Quando pensamos alternativas e soluções nos interrogamos sobre o que fazer e qual a nossa responsabilidade frente à problemática social da criança e do adolescente hoje, não podemos deixar de considerar o papel que o Estado tem como responsável pelas políticas públicas de organização social, garantindo o bem estar e os direitos de cidadania.

Como já nos referimos anteriormente, as políticas neoliberais ao gerar a acumulação dos lucros e a conseqüente concentração da renda, provoca o desemprego, intensifica o empobrecimento da população e as desigualdades sociais, estimula a inserção da mulher e da criança no mercado de trabalho e nas atividades informais, como novas estratégias de sobrevivência. Todos esses elementos fragilizam a estrutura da sociedade civil e culmina em questões sociais como é o caso das crianças em situação de rua.

Estado e sociedade, portanto, exercem vários tipos de abusos e violação de direitos contra crianças e adolescentes, contribuindo com uma condição de vida para a maioria da geração jovem que conduz, cada vez mais rápido, a sociedade em direção ao caos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente. (1990) Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

E se fossem nossos filhos? : crianças e adolescentes em situação de rua/ Severina Ilza do Nascimento (organizadora). João Pessoa: Idéia, 1997. p. 13-48.

RIZZINI, I. **A criança no Brasil hoje. Desafio para o terceiro milênio.** Rio de Janeiro, Univ. Santa Úrsula, 1993.

RIZZINI, I. **Deserdados da sociedade: Os “meninos de rua” da América Latina.** Rio de Janeiro, USU- Ed. Universitária, 1995.

SPOSATI, Aldaíza. WARDERLEY, Mariângela B. YAZBEK, Maria Carmelita. **Serviço Social e Sociedade: Revista Quadrimestral de Serviço Social.** São Paulo: Cortez, Ano XIV, nº 43, 1993, p. 125-134.